

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 685.876 - RS (2015/0075520-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS  
**ADVOGADOS** : GEORGE DE LUCCA TRAVERSO - RS016578  
DÉRCIO LUIZ CHASSOT JUNIOR E OUTRO(S) - RS053748  
**AGRAVADO** : MARIA APARECIDA FONTOURA DE MORAES  
**ADVOGADO** : MICHEL AVELINE DE OLIVEIRA - RS037797

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação da Súmula n. 7 do STJ.

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 474):

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO COM SEGUIMENTO NEGADO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

1. Ausente a demonstração do alegado excesso de execução, deve ser mantida a decisão que rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença. Caso em que a memória de cálculo elaborada pelo credor está em consonância com o valor apurado na liquidação, devidamente corrigido.

2. Ausente qualquer argumento a justificar a modificação do posicionamento adotado, resta mantida a decisão recorrida.

3. Prequestionamento. A decisão não está obrigada a enfrentar todos os pontos levantados em recurso, mas, sim, a resolver a controvérsia posta. Precedentes.

AGRAVO DESPROVIDO.

O recurso especial (e-STJ fls. 484/492), fundamentado no art. 105, inc. III, alínea "a", da CF, apontou ofensa aos arts. 475-J, § 1º, e 475-L, § 2º, do CPC/1973, argumentando excesso de execução.

Foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fls. 499/505).

O agravo (e-STJ fls. 519/526) refuta os fundamentos da decisão agravada e alega o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 530/533).

É o relatório.

Decido.

Ao negar provimento ao agravo de instrumento, a Corte local concluiu que (e-STJ fls. 476/477):

A demanda *sub judice* tem como objeto o alegado excesso de execução.

Antecipo que não prospera a irrisignação, pois os cálculos apresentados pela credora (fl. 259) contemplam o valor homologado em sede de liquidação de sentença (fl. 223), com aplicação de juros e correção monetária desde então, tal como estabelecido naquela decisão.

(...)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Por oportuno, destaco que ao longo das suas razões, a parte agravante sequer logrou indicar o montante do alegado excesso.

Portanto, ausente a comprovação do alegado de excesso de execução, impõe-se a manutenção da decisão recorrida.

Nesses termos, a alteração do desfecho conferido ao processo – a respeito da adstrição dos cálculos ao valor homologado em liquidação de sentença, da falta de comprovação do excesso de execução e da ausência de indicação do valor alegadamente cobrado a maior – demandaria análise do conteúdo fático-probatório dos autos, circunstância que atrai o óbice da Súmula n. 7 do STJ.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator